



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 02M1

**Comunicações
e Tecnologia da
Informação**



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- | | |
|------------------|------------------|
| (A) adversativo. | (B) explicativo. |
| (C) alternativo. | (D) conclusivo. |
| (E) consecutivo. | |

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais

16

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal,: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

25 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:
<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>)

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

Imagine a seguinte situação: a evolução tecnológica daqui a alguns anos é tão fantástica que torna possível o teletransporte. Porém, para que ele seja possível, é necessário liberar parcela relevante do espectro de radiofrequência para destiná-lo a tal magnífica aplicação. O Presidente da República, entusiasmado com a possibilidade de resolver de vez o problema de mobilidade urbana, edita um decreto instituindo o Serviço de Teletransporte (STT) como serviço prestado em regime público e determina à Anatel que adote imediatamente providências para outorga de concessões. A Anatel, porém, verifica que a faixa recomendada pela UIT para este novo serviço está ocupada, havendo autorizações de uso já expedidas para estas faixas. Diante disso a Anatel:

- (A) Deve promover as concessões sem se preocupar com as autorizações existentes, pois o serviço público prevalece sobre o interesse privado.
- (B) Deve coordenar as frequências para permitir o compartilhamento das faixas.
- (C) Poderá editar nova regulamentação, modificando a destinação das radiofrequências ou faixas, fixando prazo adequado e razoável para desocupação pelos atuais autorizados.
- (D) Deve solicitar ao Presidente da República que desaproprie as faixas ocupadas.
- (E) Deve converter as autorizações em concessões, lançando mão de prerrogativa do artigo 214, V, LGT.

52

Com o crescimento dos sites de notícias, aumenta o conflito de interesse entre jornais, rádios e televisão. A respeito dos limites do capital estrangeiro em empresas de comunicação social, dispostos no artigo 222, § 1º, da CF, os sítios da internet que veiculem conteúdo noticioso

- (A) estão sujeitos a estes limites por se tratarem de empresas jornalísticas.
- (B) não estão sujeitos a esses limites, pois nem são empresas de radiodifusão, nem empresas jornalísticas, já que nem toda difusão de conteúdo caracteriza prática de jornalismo.
- (C) podem superar o limite de 30% de capital estrangeiro, desde que o controle seja exercido por brasileiros natos ou naturalizados.
- (D) estão submetidos, sempre que o acesso ao conteúdo da Internet seja feito pelo uso de radiofrequências.
- (E) não estão sujeitos quando o sítio estiver hospedado fora do país.

53

A LGT deu grande atenção ao tema das redes de suporte a serviços de telecomunicações. A regulamentação da Anatel tem tratado com intensidade o assunto. Sobre as redes de suporte a serviço de telecomunicações, é correto afirmar que

- (A) podem ter seu uso compartilhado por mais de um prestador do mesmo serviço.
- (B) podem se interconectar apenas às outras redes de suporte ao mesmo serviço.
- (C) não podem ser objeto de propriedade privada.
- (D) não podem ser de titularidade de prestador detento de poder de mercado significativo (PMS).
- (E) são sempre bens reversíveis.

54

Qual destas afirmações é correta?

- (A) No setor de telecomunicações os ônus decorrentes da política de universalização são, na prática, custeados com recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998/00).
- (B) A Anatel é a única agência competente para regular as atividades necessárias para prestação de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) – Lei nº 12.485/11.
- (C) Pela LGT é possível à Anatel transformar qualquer concessão de serviço público em autorização, desde que o concessionário aceite.
- (D) É possível a prestação de serviços de telecomunicações por prazo indeterminado.
- (E) A Anatel não tem participação no processo de decisão de tornar um serviço prestado em regime público.

55

Sobre o SeAC, Serviço de Acesso Condicionado, objeto do PLC 116 que, sancionado, resultou na edição da Lei nº 12.485/2011, aponte a alternativa correta:

- (A) Sem prejuízo das competências da Anatel, o exercício das atividades de programação e distribuição de conteúdos audiovisuais é condicionado a prévio credenciamento perante a Ancine.
- (B) Em razão de veto presidencial o dispositivo do PLC aprovado pelo Congresso Nacional, foram retiradas da Ancine as atribuições de classificação indicativa de programação, que seguem sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.
- (C) Cabe à Anatel fiscalizar o cumprimento, pelas prestadoras do Serviço de Acesso Condicionado, da obrigação de apresentação de prévio aviso de classificação informando a natureza do conteúdo e as faixas etárias a que não se recomende o conteúdo exibido.
- (D) A não manifestação da Ancine sobre solicitação de credenciamento para o exercício das atividades de empacotamento, no prazo de até quarenta e cinco dias, implica que o credenciamento solicitado será considerado válido.
- (E) Na apuração das compensações financeiras a serem pagas às prestadoras dos serviços de TC a Cabo nos casos de adaptação de suas outorgas a termos de autorização do SeAC serão levados em conta, dentre outros, os valores pagos pela outorga e o valor dos bens reversíveis.

56

Recentemente foi editada a Lei nº 12.485/11, disciplinando o Serviço de Acesso Condicionado, em substituição aos antigos serviços de TV a Cabo, DTH e MMDS. A lei cuidou de discriminar as atividades que compõem o serviço, de modo a regular, distintamente, cada elo da cadeia. Quais são as atividade que compõe o SeAC?

- (A) Produção, Programação, Distribuição e Retransmissão.
- (B) Produção, Programação, Empacotamento e Distribuição.
- (C) Aquisição, Programação, Comercialização e Distribuição.
- (D) Produção, Edição, Comercialização e Distribuição.
- (E) Organização, Difusão, Empacotamento e Comercialização.

57

Sobre as telecomunicações na ordem constitucional brasileira, aponte a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Há disposição expressa prevendo a possibilidade de exploração direta, pela União, de serviços de telecomunicações.
- (B) Compete ao Congresso Nacional a renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- (C) Os serviços de radiodifusão sonora podem ser explorados diretamente pela União.
- (D) Há previsão constitucional expressa prevendo hipótese de limitação ao sigilo das comunicações telefônicas.
- (E) A União tem competência privativa para legislar sobre telecomunicações e radiodifusão.

58

Qual das funções abaixo foi atribuída à Telebrás no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175/2010?

- (A) Prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros comerciais, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e concessionárias de serviços públicos.
- (B) Fixar a definição técnica de acesso em banda larga, para os fins do PNBL.
- (C) Prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados, dentre outros, por empresas privadas.
- (D) Prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, em localidades com menos de 30 mil habitantes.
- (E) Definir as ações, metas e prioridades do PNBL.

59

Assinale a alternativa que **NÃO** reflete comando previsto no Decreto nº 7.512/2011 dirigidos à Anatel por ocasião da aprovação do novo Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU.

- (A) Adoção de medidas regulatórias necessárias para estabelecer padrões de qualidade para serviços de telecomunicações que suportam o acesso à Internet em banda larga.
- (B) Definir parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média, de disponibilidade do serviço, bem como regras de publicidade e transparência para o acesso à Internet em banda larga.
- (C) Ampliar a oferta de serviços de telecomunicações de voz e de dados a áreas rurais e regiões remotas por meio da instituição de contrapartidas aos vencedores de licitações para a expedição de autorização de uso de subfaixas de radiofrequência.
- (D) Ampliar a oferta de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da Internet, em condições favorecidas, a instituições de saúde.
- (E) Ampliar o acesso às telecomunicações em banda larga móvel de alta velocidade, com tecnologia de quarta geração.

60

Segundo os economistas, quando o custo de mudar uma marca ou tecnologia para outra é substancial, os usuários enfrentam o aprisionamento, o que é uma das principais causas de reclamação dos clientes de telefonia e Internet no Brasil. Entre os tipos de aprisionamento existentes estão:

- I. Compromissos contratuais, que exigem compensações para liquidá-los.
- II. Treinamento em marcas específicas, o que eleva o custo de perda de produtividade em sua troca.
- III. Custos de busca, que incluem o aprendizado sobre a qualidade das alternativas.
- IV. Programas de fidelização, que aumenta a perda de benefícios quando da troca dos fornecedores.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (E) se todas as afirmativa forem verdadeiras.

61

Conhecida como a “Grande Rede Mundial de Computadores”, a Internet é responsável por profundas transformações no modo como a comunicação é feita nas sociedades contemporâneas, tanto para fins pessoais, como para fins empresariais ou comerciais. Seguindo a tendência mundial, o Ministério das Comunicações regulou a Internet com a edição da Norma 4, de 01 de junho de 1995. A recente disposição do Ministro das Comunicações de revisar essa regulamentação vem ensejando polêmica e a oposição das empresas que comercializam o provimento do serviço de conexão à Internet. Qual das alternativas descreve corretamente a característica atribuída ao serviço de conexão à Internet, pela regulação vigente, que dá origem à polêmica?

- (A) O serviço de conexão à Internet é um serviço de valor adicionado, que como tal não se confunde com o serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e permite a identificação do usuário na forma do protocolo TCP-IP, devendo ser contratado pelo usuário final separadamente da contratação dos serviços de banda larga ou qualquer outro serviço de telecomunicações que lhe servir de suporte.
- (B) O serviço de conexão à Internet é uma atividade que combina o provimento de um serviço de telecomunicações para transporte de dados (Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, Serviço Limitado Especializado – SLE, etc.) com a identificação do usuário na forma do protocolo TCP-IP que deve ser contratado junto aos provedores dos serviços de telecomunicação, independentemente da contratação de qualquer provimento de conteúdo ou portal da Internet.
- (C) O serviço de conexão à Internet é um serviço de telecomunicações que permite a identificação do usuário na forma do protocolo TCP-IP e deve ser contratado junto aos provedores dos serviços de telecomunicação.
- (D) O serviço de conexão à Internet é um serviço de valor adicionado, que permite a identificação do usuário na forma do protocolo TCP-IP e deve ser contratado junto aos provedores dos serviços de telecomunicações.
- (E) O serviço de conexão à Internet é um serviço de valor adicionado que, como tal, se confunde com o serviço de comunicação que lhe dá suporte e permite a identificação do usuário na forma do protocolo TCP-IP e deve ser contratado junto aos provedores dos serviços de conexão à Internet.

62

A implementação de políticas públicas dirigidas à implantação de redes de banda larga pelas regiões menos assistidas do País, com o propósito de incrementar a oferta de serviços de telecomunicações de suporte ao acesso à Internet, em banda larga, representa um dos temas mais palpitantes da regulação do setor de telecomunicações. Previsto na Lei nº 9.472, de 1997, e instituído pela Lei nº 9.998, de 2000, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações acumula bilhões de reais, até agora não utilizados para o desenvolvimento das atividades previstas em lei, muitas das quais envolve a implantação de redes de banda larga para a oferta de serviços de banda larga às escolas, bibliotecas e outras infraestruturas de utilidade pública. É correto afirmar que:

- (A) A Lei nº 9.998, de 2000, ao determinar que os recursos do FUST (Fundo Nacional de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) fossem empregados para a implementação de acessos para utilização de redes digitais, nas situações nela previstas, afrontou a Lei nº 9.472, de 1997, ao admitir que os recursos do FUST fossem consumidos com o subsídio a equipamentos terminais ou atividades acessórias dos serviços de telecomunicações.
- (B) A Lei nº 9.998, de 2000, ao determinar que os recursos do FUST fossem empregados para a implementação de acessos para utilização de redes digitais, nas situações nela previstas, exorbitou a competência do legislador ordinário, por prever a universalização de serviços de telecomunicações que não são prestados em regime público.
- (C) A Lei nº 9.998, de 2000, não pode ser cumprida em sua determinação de que os recursos do FUST fossem empregados para a implementação de acessos para utilização de redes digitais, nas situações nela previstas, porque os recursos do FUST só poderiam ser consumidos na forma de subsídio aos Concessionários do Serviço Telefônico Fixo Comutado, serviço que não inclui aquelas aplicações.
- (D) A Lei nº 9.998, de 2000, ao determinar que os recursos do FUST fossem empregados para a implementação de acessos para utilização de redes digitais, nas situações nela previstas, institui mecanismo de subsídio direto a determinados usuários (escolas públicas, etc.) incompatível com as finalidades descritas para o FUST na Lei nº 9.472, de 1997.
- (E) A Lei nº 9.998, de 2000, determina que os recursos do FUST sejam empregados para a implementação de acessos para utilização de redes digitais, nas situações nela previstas, instituindo a possibilidade do Fundo subsidiar diretamente determinados usuários (escolas públicas, etc.) além da possibilidade do subsídio da parcela não recuperável pela exploração eficiente do serviço por parte dos Concessionários.

63

O Setor de Telecomunicações abrange um conjunto de Serviços e Tecnologias para atendimento das demandas da sociedade. Neste contexto de prestação de serviços de telecomunicações, existem diferenciações quanto à forma com que cada serviço é prestado. Avalie as afirmativas abaixo que apresentam definições.

- I. Telecomunicação é a transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza. (art. 60, § 1º, da Lei Geral de Telecomunicações – LGT). O Serviço de telecomunicações é o conjunto de atividades que possibilita a oferta de telecomunicação.
 - II. O Serviço de Radiodifusão é uma modalidade de Serviço de Telecomunicações destinado à transmissão de sons (Radiodifusão de Sons, Radiofonia ou Radiodifusão Sonora) ou de Sons e Imagens (Radiodifusão de Sons e Imagens, Radiotelevisão, ou Radiodifusão de Televisão), por ondas radioelétricas para serem direta e livremente recebidas pelo público em geral.
 - III. Radiocomunicação é a telecomunicação que utiliza radiofrequências não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos. A utilização de equipamentos emissores de radiofrequência requer certificação expedida ou aceita pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
 - IV. Rede de Telecomunicações é o conjunto operacional contínuo de circuitos e equipamentos, incluindo funções de transmissão, comutação, multiplexação ou quaisquer outras indispensáveis à operação de serviço de telecomunicações. (art. 3º, VII do Regulamento Geral de Interconexão – RGI).
- (A) se apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
(B) se apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
(C) se apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
(D) se todas as afirmativas estão corretas.
(E) se nenhuma das afirmativas está correta.

64

Segundo o Art. 8º da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a Anatel é uma autarquia especial vinculada ao Ministério das Comunicações, com funções de órgão regulador das telecomunicações. Analise as características abaixo:

- I. Independência administrativa.
- II. Ausência de subordinação hierárquica.
- III. Mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.
- IV. Autonomia financeira.

No parágrafo segundo da LGT, a natureza das autarquias especiais é caracterizada por

- (A) I e IV, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

65

A Agência Reguladora do Setor de Telecomunicações, a ANATEL, foi criada pela Lei 9.472 de 16 de julho de 1997 (LGT). A respeito das competências da ANATEL, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Autorizar a participação de Empresa Brasileira em organizações ou consórcios intergovernamentais, destinados ao provimento de meios ou à prestação de serviços de telecomunicações.
- II. Aprovar o Plano Geral de Autorizações de Serviço prestado no regime privado.
- III. Aprovar o Plano Geral de Metas para a progressiva Universalização de Serviços prestados no regime público.
- IV. Aprovar o Plano de Destinação de Faixas de Radiofrequência e de ocupação de órbitas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
(B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
(C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
(E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

66

O uso de radiofrequência depende de prévia outorga da Agência Reguladora de Telecomunicações – ANATEL. A autorização de uso de radiofrequência é um ato administrativo vinculado, associado à concessão, autorização ou permissão, para prestação de um serviço de telecomunicações.

Analise as afirmativas abaixo a respeito do uso de radiofrequências:

- I. As autorizações são por prazo indeterminado.
- II. As autorizações estão vinculadas a um específico serviço de telecomunicações e terão o mesmo prazo de vigência da concessão ou permissão de prestação de serviço de telecomunicações a qual esteja vinculado.
- III. A autorização de uso de radiofrequência é intransferível sem a correspondente transferência da concessão, permissão ou autorização de prestação do serviço.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras
(B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
(C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
(D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
(E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

67

O Serviço Móvel Pessoal (SMP) é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e destas para outras estações. A Estação Móvel de Telecomunicações do SMP pode operar quando em movimento ou estacionada em lugar não especificado.

Com relação ao Serviço Móvel Pessoal (SMP), avalie as afirmativas.

- I. O SMP é prestado em regime privado. Sua exploração e direito ao uso das radiofrequências necessárias dependem de prévia autorização da ANATEL.
- II. As prestadoras do SMP devem cumprir as metas de qualidade fixadas no Plano Geral de Metas de Qualidade, bem como nos respectivos termos de Autorização.
- III. O SMP é prestado no regime público e privado. Sua exploração e o direito ao uso das radiofrequências necessárias dependem de prévia autorização da ANATEL.
- IV. O processo de autorização para exploração do SMP obedece ao disposto no Plano Geral de Autorizações do SMP (PGA – SMP), bem como no Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

68

A Lei Federal nº 9998, de 17 de agosto de 2000, instituiu o Fundo Nacional de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST. A ANATEL regulou os procedimentos para arrecadação da contribuição das prestadoras de serviços de telecomunicações. Acerca da obrigação quanto a esta contribuição para o FUST, avalie as afirmativas a seguir:

- I. A contribuição para o FUST é devida somente pelas Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.
- II. A contribuição para o FUST é devida pelas Empresas Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal – SMP.
- III. A contribuição para o FUST é devida por todas as Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.
- IV. O valor da contribuição da Prestadora de Serviço para o FUST é de um por cento (1 %) sobre o valor da receita operacional bruta de cada mês civil, decorrente da prestação dos serviços de telecomunicações.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas estão corretas.
- (B) se as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) se as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) se as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa for correta.

69

A União Internacional de Telecomunicações – UIT é uma agência da Organização das Nações Unidas especializada em Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs. Segundo a Lei nº 9.472, é competência da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações, sob a coordenação do Poder Executivo. Analise as afirmativas abaixo com respeito à atuação da ANATEL junto à UIT.

- I. Atua por meio das Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs), de modo a preparar as "Propostas de Contribuições e Posições Brasileiras" que objetivem orientar o posicionamento da Administração brasileira junto aos foros internacionais de telecomunicações.
- II. Participa dos trabalhos nas Comissões de Estudo dos Setores de Normalização de Telecomunicações, de Radiocomunicações e de Desenvolvimento da União Internacional de Telecomunicações, que são as principais áreas de atividades da UIT.
- III. É o órgão responsável por todas as decisões do Governo Brasileiro, em relação às discussões internacionais sobre alocação de espectro.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

70

A UIT é um Organismo das Nações Unidas, cuja finalidade é harmonizar as políticas de telecomunicações nos diversos países membros da ONU. Analise as afirmativas abaixo a respeito aos objetivos da UIT.

- I. A conciliação dos interesses de países membros e universidades, sem a participação do setor privado.
- II. A discussão de alocação de espectro de frequências e órbitas satelitais, nos diversos países do mundo.
- III. O estabelecimento de padrões técnicos a serem seguidos por seus diferentes países membros para garantir a interconexão entre redes e tecnologias.
- IV. O desenvolvimento de esforços para aumentar o acesso das comunidades excluídas a serviços de tecnologia da informação e comunicação – TICs.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) se todas as afirmativas estão corretas.

71

Segundo o pesquisador Tim Wu, da Universidade de Columbia, a neutralidade de rede é o princípio que estabelece uma rede de informações públicas tem sua utilidade maximizada quando busca tratar todo o conteúdo, sites e plataformas igualmente, permitindo à rede entregar qualquer tipo de informação e suportar qualquer tipo de aplicação. A aplicação do conceito procura evitar

- I. a possibilidade de cobrança, dos produtores de conteúdo, de valores adicionais para a disponibilização de diferentes tipos de conteúdos, notadamente aqueles que demandam mais banda.
- II. a discriminação dos conteúdos disponibilizados nas redes, de forma a que os detentores de infraestrutura não estabeleçam práticas que priorizem determinados conteúdos – notadamente os produzidos por provedores do mesmo grupo econômico – em detrimento de outros.
- III. que a gestão do aumento do tráfego nas redes de acesso reduzam a necessidade de investimentos em infraestrutura para suportá-lo.
- IV. o desincentivo à produção de conteúdo nacional na Internet.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e IV forem verdadeiras
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras
- (D) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras
- (E) se todas as afirmativa forem verdadeiras.

72

Na organização dos serviços de telecomunicações, conforme a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), cabe ao Poder Executivo, por meio de decreto:

- I. Aprovar o plano geral de outorgas.
- II. Aprovar o plano geral de metas para a progressiva universalização de serviço prestado no regime público.;
- III. Expedir atos de outorga e extinção do direito de uso de radiofrequência e de órbita, fiscalizando e aplicando sanções.
- IV. Implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras
- (C) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras
- (D) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras
- (E) se todas as afirmativa forem verdadeiras.

73

Sobre as políticas de comunicação nos governos de Getúlio Vargas, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A radiodifusão e a radiotelevisão foram normatizadas, pela primeira vez no país, através dos decretos nº 20.047, de 27 de maio de 1931, e sua respectiva regulamentação, o Decreto nº 21.111, de 01 de março de 1932.
- (B) O Decreto-lei nº 21.240, de 1932, implantou a primeira política estatal de cotas para filmes nacionais, outorgando ao Ministério da Educação e Saúde Pública a função de fixar anualmente a proporção da metragem mensal obrigatória de filmes brasileiros.
- (C) Foi durante o Governo Provisório (1930-1934) que surgiu a proposta de criação de uma rede nacional de radiodifusão para transmitir o programa diário “Hora do Brasil”.
- (D) A Associação Brasileira de Radiodifusão e Televisão (ABERT) foi criada, em 1952, no intuito de proteger as empresas jornalísticas e de radiodifusão contra o endurecimento da censura e o recrudescimento do controle sobre o exercício das atividades (Decreto-lei 1.949).
- (E) O Decreto nº 31.835, de 21 de novembro de 1952, caracterizou um exemplo de dependência em relação a outro país ao condicionar explicitamente os padrões técnicos do serviço de televisão no Brasil às regras propostas pela Federal Communications Commission (FCC) para os Estados Unidos da América.

74

A respeito da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), assinale a alternativa correta.

- (A) A ANATEL, criada pela Lei nº 8.977, em 1995, é entidade integrante da Administração Pública Federal, submetida a regime autárquico especial e subordinada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das comunicações.
- (B) Compete à ANATEL expedir atos de outorga e extinção do direito de exploração dos serviços de radiodifusão de sons e de sons e imagens.
- (C) O Conselho Diretor da ANATEL é composto por doze conselheiros, brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, devendo ser designados por decreto do Presidente da República, mediante indicações: do Senado Federal; da Câmara dos Deputados; do Poder Executivo; das entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações; das entidades representativas dos usuários e das entidades representativas da sociedade.
- (D) O Presidente do Conselho Diretor da ANATEL será nomeado pelo Ministro de Estado das Comunicações dentre os seus integrantes e investido no cargo por um ano ou pelo que restar de seu mandato de conselheiro, quando inferior a esse prazo, vedada a recondução.
- (E) Os membros do Conselho Diretor da ANATEL são proibidos de terem interesse significativo, direto ou indireto, em empresa relacionada com telecomunicações e, ao deixar o cargo, é vedado representar qualquer pessoa ou interesse perante a Agência durante o interstício de um ano.

75

O gerente de publicidade de uma estação de rádio FM de um município de 350.000 habitantes, considerando a liderança da emissora nos índices de audiência das empresas de radiodifusão sonora no município, atualiza a tabela de preços das inserções comerciais da seguinte forma:

Spot Jingle Por Inserção	30" Publicidade	30" Propaganda Institucional	30" Propaganda Eleitoral
Horários Determinados	R\$ 35,00	R\$ 45,00	R\$ 70,00
Horários Indeterminados	R\$ 27,00	R\$ 34,00	R\$ 54,00
Rotativos	30" Publicidade em Geral	30" Publicidade Institucional	30" Publicidade Política
Das 05h às 23h	R\$ 22,00	R\$ 30,00	R\$ 44,00
Das 07h às 19h	R\$ 30,00	R\$ 38,00	R\$ 60,00
Das 23h às 5h	R\$ 12,00	R\$ 15,00	R\$ 18,00
Programas esportivos	R\$ 30,00	R\$ 38,00	R\$ 60,00
Programa jornalístico das 12h	R\$ 35,00	R\$ 43,00	R\$ 60,00

Observações:

O preço de outros espaços são múltiplos de 30".

Comercial de 60": multiplicar por 1,8.

Comercial de 45": multiplicar por 1,5.

Comercial de 15": multiplicar por 0,7.

Vinheta de 10": multiplicar por 0,5.

Vinheta de 5": multiplicar por 0,3.

Anúncios de eventos culturais têm desconto de 30% sobre esta tabela.

Comerciais ao vivo têm acréscimo de 100%.

Nesta situação hipotética, de acordo com o que determina o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), Lei 4.117, de 1962, é correto afirmar que

- (A) está agindo de forma irregular, no entanto, o CBT não versa em nenhum dos seus artigos sobre publicidade política. Este tema é normatizado exclusivamente por leis específicas relativas ao processo eleitoral no país (Lei Nº 9.504/97 e Lei nº 12.034/09).
- (B) está agindo de forma irregular, visto que o CBT determina que as estações de rádio e de televisão não podem cobrar, na publicidade política, preços superiores aos em vigor, nos 6 (seis) meses anteriores, para a publicidade comum.
- (C) está agindo de forma irregular, visto que o CBT proíbe expressamente a comercialização de espaços publicitários de natureza política.
- (D) está agindo de forma irregular. O CBT determina que são vedadas às emissoras de rádio e de televisão, em sua programação normal e noticiário, veicular propaganda política, ou seja, o CBT restringe a propaganda política ao Horário Eleitoral Gratuito.
- (E) está agindo de forma regular.

76

O sinal de uma rádio comunitária não pode interferir no sinal de uma rádio comercial

PORQUE

O sinal de uma rádio comercial pode interferir no sinal de uma rádio comunitária.

É correto afirmar que

- (A) ambas as afirmativas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) a primeira afirmativa é verdadeira e a segunda é falsa.
- (C) a primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (D) ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- (E) ambas as afirmativas são falsas.

77

É objetivo do Programa Nacional de Banda Larga reduzir as desigualdades social e regional

PARA ISSO

A TELEBRÁS poderá prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, cuja renda média familiar for inferior a cinco salários mínimos.

É correto afirmar que

- (A) ambas as afirmativas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) a primeira afirmativa é verdadeira e a segunda é falsa.
- (C) a primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (D) ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- (E) ambas as afirmativas são falsas.

78

O representante legal de uma cooperativa de crédito ao produtor de óleo e farinha de coco no povoado rural de Fazenda Velha, situado a dois quilômetros do município de Ituberá, no estado da Bahia, está incumbido de promover a instalação de um Posto de Serviço Multifacilidade – PSM para uso dos seus cooperativados. Segundo o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo comutado prestado no Regime Público em vigor, Decreto nº 7.512, qual é a entidade responsável por esta hipotética instalação?

- (A) A concessionária de STFC na modalidade Local.
- (B) A concessionária de STFC nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional.
- (C) A TELEBRAS.
- (D) A Prefeitura Municipal de Ituberá.
- (E) A própria cooperativa.

79

Com relação às cotas de conteúdo audiovisual, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Nos EUA, o FCC normatizou o incentivo à produção independente, mediante a adoção de cotas a serem exibidas nas emissoras de televisão, até o início dos anos noventa, quando estas normas foram flexibilizadas.
- (B) Na Europa, a Diretriz dos Serviços de Mídia Audiovisual delimitou que no mínimo 50% do conteúdo de televisão seja produzido, predominantemente, por autores, trabalhadores e produtores residentes nos Estados-membros da União Europeia. Este percentual não inclui notícias, eventos esportivos, jogos, propaganda, serviços de teletexto e televentas.
- (C) No Reino Unido, o limite mínimo de produção independente na televisão aberta é de 25% do seu tempo de transmissão.
- (D) No Brasil, a cota mínima de conteúdo nacional é de três horas e trinta minutos semanais veiculados no horário nobre dos canais de espaço qualificado exibidos na televisão por assinatura.
- (E) A Lei do Serviço de Acesso Condicionado tornou extintas as medidas de proteção ao conteúdo independente que constavam da Lei do Cabo.

80

Uma companhia produtora do Paraguai deseja produzir um longa-metragem de ficção científica em Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul. Ela deve:

- (A) Solicitar autorização diretamente à Agência Nacional do Cinema-ANCINE.
- (B) Estabelecer sede no Brasil.
- (C) Contratar uma produtora brasileira que fará a comunicação prévia à ANCINE e será responsável pelo cumprimento da legislação vigente.
- (D) A entidade competente no país de origem deverá estabelecer o contato com a ANCINE.
- (E) Solicitar a autorização da Secretaria Municipal da Cultura, no município onde ocorrerão as filmagens e, posteriormente, comunicar à ANCINE.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Comunicações e Tecnologia da Informação do Tipo 1 (Branco – 02M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: ERRADO) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.